

Hemodiálise está na mira do MP

FERNANDO RODRIGUES

A situação das cinco clínicas de hemodiálise que funcionam em hospitais públicos do Distrito Federal será investigada pelo Ministério Público. O deputado Chico Leite (PT) entrou com representação, pedindo que as empresas sejam analisadas. A alegação é que exploram espaços públicos sem licitação.

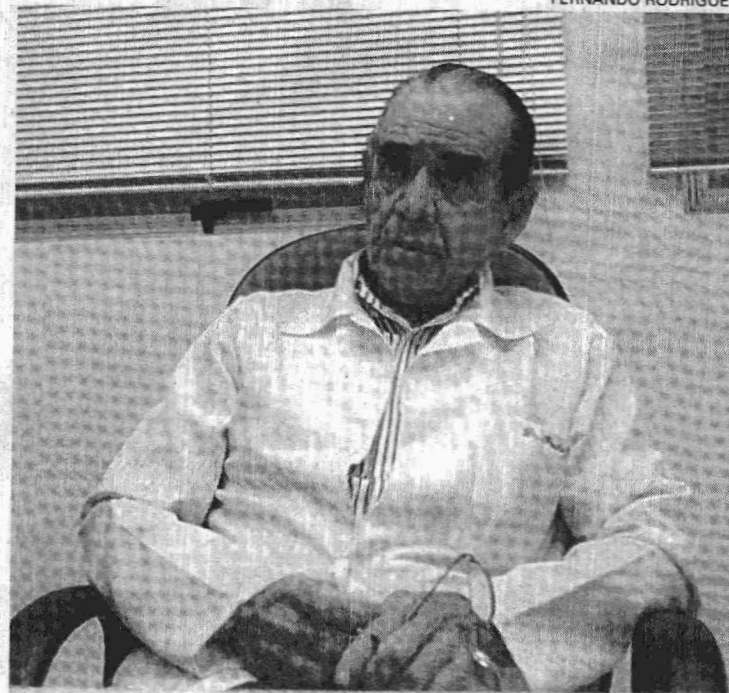
No Hospital Regional de Samambaia (HRSam), funciona, desde 2001, o Instituto de Doenças Renais (IDR). Na época, o hospital era Hospital Nossa Senhora Aparecida, particular. De acordo com o proprietário do IDR, Rafael Barbosa, foi feito um contrato com o antigo dono, pelo qual ele poderia usar o espaço.

Pelo contrato, segundo Barbosa, ele pagaria pela água e luz e ainda uma taxa referente ao uso do espaço, como um aluguel. O dono do IDR conta que, em 2003, quando o Nossa Senhora Aparecida faliu e o BRB arcou com a dívida, vendendo-o ao GDF, o contrato, de validade até julho de 2006, continuou valendo, de comum acordo com a Secretaria de Saúde.

"Na época em que começamos, não tinha nada de espaço público, por isso era desnecessária a licitação. A Secretaria de Saúde concordou que continuássemos no local, mas agora sou eu que quero ir embora. Em julho saio daqui e vou para meu prédio. Não quero fazer parte dessa bagunça", afirmou Rafael Barbosa.

Ele afirma que, pelo acordo com o ex-secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, ele ficou de pagar R\$ 5 mil de janeiro a julho deste ano. "Ainda não paguei nenhum mês porque a secretaria ficou de me dar uma conta para depositar e estou esperando", disse o dono do IDR.

O diretor do HRSam, Paulo Uchôa, que trabalha no local desde o início, em 2003, garante que o hospital jamais recebeu um centavo pelo aluguel do espaço. "É um espaço que poderia estar sendo usado para aumentar o atendimento do hospital. Poderia ser ali uma internação de clínica médica, que não temos", diz. Até o fechamento dessa edição, a Secretaria de Saúde



Paulo Uchôa, diretor do HRSam: espaço para o atendimento

não se posicionou com relação ao assunto.

Para o deputado Chico Leite, o uso de espaço público fere a Lei 8.666, de Licitação. "As empresas estão usando os hospitais públicos e ainda recebem por isso. É um absurdo

e o Ministério Público está analisando a situação", disse.

O parlamentar levantou dados que dão conta de que as cinco empresas de hemodiálise receberam do Sistema Único de Saúde (SUS) R\$ 17.351.436,28 nos últimos três anos.